

ACTA N.º 9

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 16-12-22**

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelos senhores Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Ana Cristina de Jesus Almeida Coelho, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----
Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Nuno Miguel Pacheco Rodrigues e António Manuel Henriques. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Carla Helena Santa Bárbara Guia, Palmira Maria Lopes Pereira, Ana Paula Senhorinho, Dominique Gaspar Ventura, Leonardo de Pinho Rodrigues e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----
João Carlos Cardoso Caldeira. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----
Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: -----
Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Anabela Valente de Carvalho e Maria Isabel Nunes de Sousa. -----

----- **O Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte horas e quarenta minutos. -----

----- Foi dada posse aos elementos que, pela primeira vez, integraram a Assembleia Municipal. -

----- Após a leitura das atas de instalação, efetuada pela primeira secretária desta Assembleia Municipal, foi dada posse a: -----

----- **Palmira Maria Lopes Pereira**, que substituiu o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, por este ter requerido ausência por período inferior a trinta dias; -----

----- **Carla Helena Santa Bárbara Guia**, que substituiu o deputado Tiago Nuno Alfredo Lima Pereira, por este ter requerido ausência por período inferior a trinta dias; -----

----- **Ana Paula Senhorinho**, que substituiu a deputada Susana Paula Matos Vieira Cruz, por ter requerido ausência por período inferior a trinta dias; -----

----- Foi efetuada a leitura dos elementos, já empossados, que se encontram a substituir os deputados que requereram ausência por período inferior a trinta dias: -----

----- **Nuno Miguel Pacheco Rodrigues**, que substituiu o deputado Pedro Miguel Calado Gomes; -----

----- **João Carlos Cardoso Caldeira**, que substituiu o deputado Bruno Filipe Nunes Nascimento Melo. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a ata número oito, da Sessão de trinta de setembro, à discussão e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO OITO : -----

----- Uma vez que ninguém se quis manifestar em relação à ata número oito, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO OITO: -----

----- A ata número oito foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Fez uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia**: Peço a quem não assinou a declaração de consentimento prévio das gravações, que assinem a respetiva declaração, bem como quem, do público, pretenda intervir. -----

----- Atendendo ao número de pontos que temos na ordem do dia, peço a todos os deputados que sejam concisos e objetivos nas intervenções que fizerem. -----

----- Relativamente ao expediente, tudo o que dá entrada é sempre reencaminhado a todos os senhores deputados e presidentes de Junta de Freguesia. A comunicação com os membros da Comissão Permanente passou a ser feita por um e-mail institucional atribuído pelo Município, sendo por aí que trabalhamos. -----

----- Queria também fazer um pequeno balanço das audiências em que a Comissão Permanente participou. -----

----- Tivemos uma reunião extraordinária em junho, foi aprovada uma moção que foi enviada a todas as entidades ali mencionadas. -----

----- Ainda em junho, fomos recebidos pelos deputados do Partido Socialista, colocámos as nossas questões. Em setembro fomos recebidos também na Assembleia da República pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda e depois, online, pela senhora deputada da CDU e reunimos também com os senhores deputados do PSD, eleitos no círculo de Santarém. -----

----- Estive com o senhor Presidente da Câmara, numa sessão com a senhora Secretária de estado da Administração Interna. Em todas estas sessões, procurei dar conta daquilo que foram as nossas preocupações, que constavam já da moção e que sintetizaram cinco pontos que eu quero transmitir: o reforço dos efetivos da Esquadra do Entroncamento, com condições para uma efetiva presença nas ruas que garanta maior visibilidade; os problemas recorrentes e a necessidade que temos da construção de nova Esquadra, das necessidades incontestáveis e permanentes; da implementação do sistema de videovigilância e a criação de uma brigada de intervenção rápida na cidade. -----

----- Todos foram muito recetivos às nossas propostas, comprometeram-se a levá-las ao Governo e, aguardamos agora a questão que se coloca sempre, sobretudo em relação à Esquadra, é a questão da disponibilização de verbas por parte do Ministério das Finanças. Já está orçamentada há dois anos, mas não têm sido libertadas verbas para o efeito. Esperamos que este ano as verbas sejam disponibilizadas. -----

----- Eram estes os esclarecimentos que eu queria transmitir-vos, apesar de já termos falado nisto na Comissão Permanente e os senhores deputados terem acompanhado todo este processo. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Recebemos duas propostas de recomendação e a primeira que nos chegou foi da senhora deputada Céu Carvalho do Bloco de Esquerda. -----

----- O **Bloco de Esquerda** apresentou a proposta de recomendação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

«Em 17 de Novembro de 1991, nos Paços do Concelho de Penafiel, foi assinado o acordo de geminação do Entroncamento com aquela cidade nortenha.

Nessa cerimónia assumiu-se o solene compromisso de:

“De manter permanente contacto e união entre os nossos Municípios, no salutar desejo de compreensão, respeito e amizade entre as gentes de Penafiel e Entroncamento;

De, em comunhão de esforços, estabelecermos e incrementarmos a troca de ideias e experiências, para melhor e mais rica gerência dos assuntos Municipais, com vista à felicidade das populações das nossas duas Cidades;

De assumirmos o compromisso de assistência na doença, sempre que algum dos nossos Municípios se encontre de visita ao Município do outro.”

Em 3 de Dezembro de 1989, foi assinado um acordo similar com Villiers Sur Marne, cidade francesa próxima de Paris; em 22 de Maio de 1997, com a Vila de Mosteiros em Cabo Verde e, finalmente, em 20 de Junho de 2019, foi ratificado um acordo de geminação com Friedberg.

Trata-se, obviamente, de passos muito positivos para a aproximação entre comunidades e povos. Todavia, parece-nos haver muito caminho por percorrer, no sentido da prossecução daqueles objetivos, e, pelo menos no caso da geminação com Penafiel, tudo parece estagnado há anos.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que:

- dinamize a geminação com a cidade de Penafiel, aparentemente inativa;

- informe detalhadamente a Assembleia Municipal dos projetos e atividades concretas, previstas e em curso, em relação a cada um dos municípios geminados com a cidade do Entroncamento.»

Atendendo a que ninguém quis intervir sobre a recomendação apresentada, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação.

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

----- A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista.

----- Procedeu-se de seguida à leitura da proposta de recomendação apresentada pelo **Partido Socialista**, que se transcreve na íntegra:

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

«A poucos anos de comemarmos 50 anos de poder democrático, de comemarmos o momento em que as terras e as suas gentes se reencontram consigo próprios, com a Liberdades, com a República e com a Democracia, a poucos anos de comemarmos a tomada nas suas mãos do seu presente e sobretudo, o seu futuro, uma sombra paira.

Aos dias de hoje, demasiadas vezes, ao invés de se discutirem ideias e projetos, o debate público condiciona-se em torno da querela desinformada, da calúnia gratuita e da crítica sob anonimato. Tudo isto afasta os cidadãos da participação no debate dos assuntos de interesse da comunidade, afasta os cidadãos que se interessam pelos outros e pelas suas aldeias, vilas ou cidades de assumir a responsabilidade de tomar parte nas decisões da comunidade.

Há uma responsabilidade irrevogável de cada um de nós, mas sobretudo dos partidos políticos que alicerçam a democracia respetiva, pelo que não nos devemos abster de agir de forma a contrariar este ataque.

Uma forma singela de agir é reconhecer e saudar os contributos de todos aqueles que assumiram responsabilidades na nossa cidade no passado, que por merecida inerência fazem parte da sua história, da memória democrática do Entroncamento.

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 16 de dezembro de 2022, recomenda à Câmara Municipal do Entroncamento:

- Que desenvolva junto da Comissão de Toponímia as diligências necessárias para que passem a constar da toponímia do concelho, os nomes dos Presidentes da Câmara Municipal do Entroncamento, eleitos democraticamente e já falecidos, nomeadamente:

Carlos Pereira Lucas (1975-1976) -----
António Pereira Cardoso (1976-1979) -----
Manuel Fanha Vieira (1982-1985)» -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir sobre a recomendação apresentada, o **Presidente da Assembleia** colocou-a à votação. -----

----- A proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista, foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Pedro Gonçalves**: Cumprimentou todos os presentes, bem como aqueles que assistem a esta sessão pela Internet. -----

----- Tenho aqui apenas um considerando a fazer e umas perguntas a colocar. Considerando que, sendo eu uma pessoa que gosta do Natal e acredito que todos nós aqui gostamos do Natal, fiquei bastante surpreendido quando vejo concelhos limítrofes ao nosso, com campanhas de Natal, com parques de Natal e tudo isso atrai centenas de pessoas. Eu próprio dei por mim a caminho de um concelho vizinho. Estive a fazer compras num concelho vizinho, porque fui atraído e porque o meu filho queria ir a uma diversão nesse concelho. E o meu filho, com onze anos, questionou-me: Pai, porque é que não há isto no Entroncamento? E é esta a pergunta que eu quero aqui deixar ao excelentíssimo Presidente. Porque é que não há animação de Natal no Entroncamento, a não ser umas meras luzes? -----

----- Segunda questão, fui abordado por diversos munícipes, porque voltou a chover e a cobertura do nosso Pavilhão continua a não ser perfeita. Antes pelo contrário. Mas não fui só abordado por munícipes por causa desta questão, mas também porque os campos sintéticos começam a apresentar um desnível grave. Eu acredito que o senhor Presidente até já saiba, já tenha sido informado do mesmo, mas eu aqui queria deixar que esperemos que não tenhamos o mesmo problema que tivemos com a pista de atletismo. Não só pela demora em começarmos com as obras, mas pela herança que estava debaixo da cobertura da pista de atletismo. Esperemos nós que não estejamos a falar exatamente do mesmo. Porque a obra foi feita exatamente na mesma altura e o senhor Presidente também se lembra que foi um folhetim arranjar aquilo, porque a herança que nos deixaram era uma herança pesada (pesada não, porque a trufa é leve, mas infelizmente vimos muita trufa debaixo daqueles tapetes). -----

----- Espero eu que o senhor Presidente me possa responder que já tinha conhecimento dos campos e que se está a preparar obra. Quando é que vamos ter então uma cobertura digna para o nosso Pavilhão Municipal e, não posso deixar de responder ao meu filho porque é que não temos animação de Natal no Entroncamento. Temos um mercadinho, mas é só isso. -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada **Céu Carvalho**: Tenho uma pergunta de ordem prática que me colocaram em relação à baixa pressão no fornecimento de água na zona norte. -----

----- Eu sou da zona norte e não tenho esse problema. Recebemos todos um comunicado de que isso ia acontecer, devido às obras, no entanto há moradores, especialmente junto ao Centro de Línguas, que continuam a ter baixa pressão e problemas depois no funcionamento de alguns eletrodomésticos. -----

----- O que pergunto é se o senhor Presidente já tem prazo para que seja retificada esta situação da pressão de água em relação a esses habitantes. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Ricardo Antunes**: Eu queria aproveitar, uma vez que estamos no fim de ano e muitas vezes é tempo também de reflexão, para partilhar convosco a seguinte reflexão: depois de uma época muito difícil, que foi a pandemia, a fantástica retoma de atividades das Associações Desportivas e Culturais. Inclusivamente, do ponto de vista desportivo, vamos sendo agraciados com vários prémios de desempenho, e aqui não vou particularizar nenhuma Associação, porque todas elas têm feito um trabalho bastante meritório,

mas permitam-me também aqui, lembrar Tiago Silva, como presumo tenham tido conhecimento até pela Comunicação Social, que bateu o recorde nacional de natação, que demonstra não só a resiliência do Tiago, mas a resiliência das nossas Associações. Muitas delas também valorizaram bastante o facto de, em tempo de pandemia, terem mantido os apoios mesmo não havendo a atividade. E tudo isso permite-lhes também, hoje, falarem daquilo que são os concebimentos no após pandemia, que muitos deles esperavam que fosse bem pior. -----
É apenas uma palavra de incentivo e desejar que continuem nessa senda e continuem o trabalho muito relevante na formação dos nossos jovens, não só desportiva, mas a formação global dos nossos jovens. -----

----- Queria deixar também uma nota para os setenta e sete anos do nosso concelho. Concelho que começa a ficar maduro, muitos dizem sem história, mas que efetivamente vai construir uma história, inclusivamente na recomendação que se falou anteriormente, era mencionada essa questão. E a história deve estar intimamente ligada também à modernidade. À modernidade e à capacidade de antecipar problemas. -----

----- Não podia deixar de dar uma nota relevante, num ano de profundas incertezas, como será 2023, quer para aquilo que é a gestão do dinheiro de todos. Investimentos que foram feitos antecipadamente e que, se não tivessem sido feitos, colocavam-nos hoje numa situação bem diferente daquela que é colocada no orçamento que nos vai ser apresentado a seguir. -----

----- E não podia deixar de falar na questão dos autocarros elétricos que foram apresentados no dia do aniversário e que em muito vão contribuir para que o impacto do custo dos combustíveis fósseis, no próximo ano, não seja exacerbado. -----

----- Ou a intervenção nas piscinas, que permite o conforto de quem a utiliza e permite, hoje em dia, tê-las abertas, pois há muitos municípios que as encerraram. -----

----- Ou a iluminação pública em pleno na nossa cidade, porque foi feito um investimento com fundos comunitários e em seguida, uma segunda fase, mas que foi prospetivado que iria ser um investimento importante porque iria ter um retorno relativamente rápido. -----

----- Tudo isto são investimentos, não só pela questão do retorno, mas que são hoje o garante de podermos ter o Município a acorrer àquilo que serão as necessidades e aquilo que é necessário alavancar e criar ali certos alívios em 2023 para projetar esse mesmo futuro. -----

----- Uma palavra também, mais uma vez em fim de ano, naturalmente para quem cria condições para que isso se alavanque, que são todos os funcionários desta casa, que abnegadamente dão de si, contribuindo para que todos nós estejamos melhor, numa cidade cada vez mais dinâmica, uma cidade em que cada dia nos sintamos melhor. Porque é isso que todos almejamos, à parte das diferenças que nos possam separar. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público que manifestasse vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** entrou de imediato no período da Ordem do dia. -----

----- Antes de entrar no período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o documento que deu entrada na Assembleia da deputada Susana Cruz, é apenas uma informação de que iria estar ausente, não solicitando nesse documento a sua substituição. Alertou para que, em próximos documentos sobre o assunto, para além da informação da ausência, seja também solicitada a substituição. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- Interveio o Senhor **Presidente da Câmara**: cumprimentou todos os presentes, assim como todos aqueles que nos estão a seguir pela transmissão *online*. -----

----- Em primeiro lugar, fico muito agradado porque não há questões em relação à informação do Presidente da Câmara. O que quer dizer que são relevantes as informações, são claras e isso é mérito também dos funcionários que fazem essa informação. Ficamos todos, porque quer dizer que temos uma Câmara que está a cumprir aquilo a que se propôs e a dar reporte de qualidade aos senhores deputados municipais. -----

----- Vou fazer aqui alguma referência às questões que foram colocadas. -----

----- O senhor deputado Pedro Gonçalves fez considerações sobre o “mercadinho de Natal” e não haver a cidade de Natal. Bom, cada um de nós tem as suas perspetivas de como educar os seus filhos. Eu, por exemplo, este fim-de-semana, se for ver a agenda que está devidamente publicitada há muito tempo na página da Câmara, agenda de natal, e não vou falar do que estava para trás, dia dezassete e dezoito, no Centro Cultural, o Mercado de Natal, não é um mercadinho, mas um Mercado de Natal. É aquilo que nós achamos que é possível fazer, tem inclusive insufláveis para as crianças, etc.. Também amanhã, dia dezassete, no cineteatro, tem o lugar o concerto de natal pela “Concórdia da Música”. Também amanhã e domingo, no Museu Nacional Ferroviário, as visitas são livres, destacando-se um espetáculo muito interessante TrainCatcher “Apanha o Natal”. E, no domingo, um espetáculo ainda mais interessante – Chapitô e o Comboio de Natal – que é uma artista que dispensa a minha referência. -----

----- Portanto, tudo isto aqui à porta de casa. Provavelmente, o senhor deputado não sabia, mas pode ser uma boa oportunidade para visitar o Museu e assistir a estes espetáculos. -----

----- Também neste fim-de-semana, temos a circular pela cidade o comboio de Natal, para que as crianças possam usufruir. -----

----- É uma oferta que eu penso, adequada, mas que cada um de nós está no direito de optar por outras soluções. -----

----- Estou a lembrar-me da “Feira do Livro”, que já decorreu; da exposição “Rosto de Maria”, que convido a visitar e está patente na Galeria Municipal, entre outras situações. -----

----- Relativamente à questão da falta de pressão na água, como sabem, já foi aqui referido várias vezes, nós temos vindo a fazer investimentos muito importantes ao nível do saneamento e do abastecimento e, se calhar, também é importante referir que, felizmente para nós, com estas intempéries, não tivemos nenhum episódio de cheia no Entroncamento, ao contrário do que tem acontecido noutros anos. E muito se deve às obras que têm sido feitas. -----

----- Mas relativamente ao abastecimento e saneamento, são obras subterrâneas, que incomodam pelos buracos que são feitos, que incomodam, mas que vão trazer mais valias significativas ao sistema. E temo-lo feito sem desligar a água das pessoas. Portanto, há partes técnicas da obra, que é no fundo o desafetar uma grande conduta que vem da parte do Casal do Grilo até quase ao centro da cidade e colocar uma nova a funcionar. Como devem compreender, tem alguma complexidade técnica e foi por isso que, durante este período, e tivemos o cuidado de avisar as pessoas, houve alguma dificuldade no fornecimento da água, mas ao nível de menor pressão. Não houve situações de falta de fornecimento. -----

----- Esta situação ficou concluída ontem, mas ocorreu um problema técnico que está a ser resolvido e espero que durante a próxima semana a situação esteja totalmente regularizada. -----

----- E já agora, informar que, com esta intervenção, entre outros resultados, estamos praticamente a deixar de ter condutas de fibrocimento, que, pela sua característica técnica, eram aconselháveis há quarenta/cinquenta anos, mas que hoje não são, claramente, as condutas mais adequadas. -----

----- Só com este investimento que estamos a fazer, substituímos cerca de onze quilómetros de condutas de fibrocimento, para além de outras intervenções que fizemos no sistema. -----

----- Ainda que não haja nenhuma questão, eu aproveito para realçar que, durante o período da última reunião e esta, nós tivemos um conjunto de situações que eu penso que são relevantes e importantes de referir à Assembleia. -----

----- Relativamente à geminação, penso que a senhora deputada do Bloco de Esquerda teve conhecimento, seguindo um programa que foi interrompido num dos anos da pandemia, pelas razões óbvias, nós temos um programa próprio de jovens estudantes, com Villier Sur Marne e Friedberg, que está a funcionar muito bem. Normalmente, nós recebemos os miúdos destas cidades em outubro, no período de férias que eles têm e enviamos na primeira semana de março.

----- E temos tido várias atividades nessa matéria. Quem recebe tem prioridade em enviar e eu penso que, grande parte das famílias que receberam, estão interessadas em enviar os seus filhos. Também já tivemos intercâmbios ao nível da cultura e do desporto. Entre outras interações em conjunto com, por exemplo, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários dos Entroncamentos, que enviámos para Mosteiros (Cabo Verde) duas ambulâncias devidamente preparadas; está programada a deslocação de técnicos novos para formação de pessoas na área da proteção civil, na área de segurança e, portanto, estamos a aguardar que eles indiquem o tipo de formandos, para podermos organizar a formação em conformidade e definir as datas. -----

----- Relativamente à geminação com Penafiel, eu penso que, desde o início da geminação com Penafiel, nunca passou daquela relação de estarmos presentes em alguns momentos formais. Nós já fomos a alguns aniversários de Penafiel, eles já vieram a alguns, tenta-se encontrar alguma área de trabalho, mas, eu penso que foi essa a realidade desde o início que começou a geminação. Não tenho informação de que tenha havido algo mais do que isso. Conversamos um pouco no sentido de fazer isto ou aquilo, mas não tem sido operacionalizado. -----

----- Com as outras geminações tem havido atividades muito interessantes. Hoje mesmo vai chegar o Presidente da Associação da Geminação com Friedberg, que fez questão de estar presente no Mercado de Natal (que o senhor deputado municipal chamou de mercadinho), para apresentar os produtos tradicionais da Alemanha. -----

----- Já tivemos estagiários cá (lembro-me na área de jardinagem, na área de informática), já tivemos estagiários lá. Mais jovens, ao nível do ensino superior, ao nível do ensino secundário. Portanto, tem havido uma série de interações que têm sido bastante interessantes. E estamos sempre disponíveis para novas iniciativas. Antes da pandemia já havia, a nível do desporto, já havia de facto níveis de interação muito fortes nas várias modalidades do desporto. -----

----- Gostava também de realçar que no dia um de novembro, o Município aceitou a transferência de competências na área social e essas competências são em duas dimensões. No atendimento e apoio social e no RSI. A nossa estratégia foi manter os técnicos que já vinham a trabalhar essas áreas ligadas à Segurança Social. Havia duas entidades que estavam ligadas à Segurança Social, o CERE e a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca e nós optámos por manter esses técnicos, porque são conhecedores do território. As duas senhoras já estão uma há doze anos e outra há quinze anos. E, desta forma, fizemos um protocolo com o CERE, na área do apoio social e um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento. -----

----- Quando foram transferidas essas competências, nós tínhamos cento e quarenta e quatro casos, que estavam a ser acompanhados e tínhamos noventa e nove processos de atendimento de apoio social. Estes noventa e nove processos, não são noventa e nove pessoas, mas sim noventa e nove famílias. -----

----- Além disso, também gostava de realçar que o município está muito atento às dificuldades sociais que têm vindo a surgir (não só aqui, mas em todo o país) e temos vindo a implementar muito o nosso apoio, a nossa intervenção social, através da rede social, através dos serviços da área social, que fazem um trabalho extraordinário no sentido de estarem sempre presentes junto de quem precisa, sem grande publicidade, mas sempre com grande eficácia. Quer os nossos serviços de apoio social, quer a rede social, o CLASE, que é de facto um organismo no qual a Câmara tem um papel fundamental, mas conta com as Juntas de Freguesia, com Associações da nossa cidade e estamos constantemente a monitorizar essas situações. -----

----- Só para dar um exemplo, ainda esta semana, com a nossa preocupação de pagar e transferir os subsídios a horas para todas as Associações, mas havia uma Associação, de natureza humanitária, que agora estava com alguma dificuldade, pelo que fizemos já um adiantamento

das transferências. Há uma interação constante, sempre numa preocupação de podermos acudir a quem tem necessidades. -----

----- Também é importante referir que, esta semana, foram entregues sessenta e dois diplomas no âmbito da certificação de competências que atribuem a equiparação ao nono ano e décimo segundo ano. Neste caso, pela escola Gustave Eiffel. Mas isto representa também uma atividade formativa na nossa cidade, que permite às pessoas que não têm o nono ano ou o décimo segundo ano, obterem essa certificação através dos processos que existem. Por exemplo, segunda-feira, vai começar o segundo módulo de língua portuguesa, neste caso promovido pelo Instituto do Emprego e com a nossa colaboração, em que já estão inscritas dezassete pessoas, estrangeiros que estão a obter competências no âmbito da língua, neste caso para atingirem o grau B2. -----

----- Iniciou-se também, salvo erro hoje, mais um curso da Vida Ativa, para pessoas com alguma dificuldade de inserção social. Portanto, são um conjunto de atividades que temos vindo a fazer, sempre de forma sistemática e na perspetiva de ninguém ficar para trás e termos uma sociedade solidária e coesa. -----

----- Queria também falar-vos de dois novos programas que temos, que são muito interessantes. Não abrangem muita gente “Geração 8/80”, que é um programa que conjuga o programa de jovens “Crescer na Cidade” e os idosos do Centro de Convívio, que adquiriu também o programa desenvolvimento pelo CLDS com a colaboração da Câmara, em que, por exemplo, os idosos do nosso Centro de Convívio estão hoje com muita garra a ter aulas de karaté. Que era uma coisa quase impensável ou programas de yoga do riso. Isto só para vos dar alguns exemplos das atividades que são relevantes pelo impacto que têm nestas populações com maior fragilidade. -----

----- Já agora também dizer-vos que neste período, nós acumulámos mais uma distinção “Cidade Amiga do Desporto” que nos foi atribuída. Junta a “Cidade Inclusiva”, junta a “Município Familiarmente Responsável” e que são distinções que nós entendemos de gratificantes e que são importantes para valorizar e distinguir o nosso trabalho. -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, entrou de seguida no ponto dois da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU – UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da mencionada Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: A proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal e a fundamentação, as competências e os requisitos do desempenho do cargo, constam da deliberação e da documentação que foi distribuída e de que todos têm conhecimento. -----

----- Dado que ninguém quis intervir neste ponto da ordem dos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – UM LUGAR DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO

URBANÍSTICA E OBRAS, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da mencionada Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: A proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal e toda a documentação e fundamentos, foi dado a conhecer a todos os deputados e Presidentes das Juntas de Freguesias. –

----- Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da ordem dos trabalhos, o **senhor Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL, N.ºS 1 E 2 DA CLÁUSULA 5.ª DO REFERIDO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, RELATIVOS À COMPOSIÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL – EIVL. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Esta proposta de Regimento de Funcionamento de Equipa foi aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal e toda a documentação foi distribuída a todos os deputados e Presidentes das Juntas de Freguesias. -----

-----Dado que ninguém manifestou interesse em se pronunciar sobre o ponto em debate, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PARECER APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO AO DIPLOMA LEGAL COM VISTA À ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 38/2005 DE 17 DE FEVEREIRO, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL ARMANDO GINESTAL MACHADO, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia para recordar que os Estatutos da Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, foram aprovados pela Assembleia Municipal do Entroncamento, em sessão ordinária, realizada em 10 de setembro de 2021, de acordo com Lei 75/2013, de 12 de setembro. No entanto, uma nova proposta introduz alterações significativas, o que torna necessário levar novamente à apreciação da Assembleia Municipal. A atual proposta de alteração: a) Não valoriza e não enquadra adequadamente a natureza da Fundação, que tem constituído uma mais valia para o funcionamento da instituição e para a preservação do património ferroviário nacional. b) Não valoriza a intervenção preponderante assumida pela Área Governativa das Infraestruturas através da IP SA, da CP EPE e por este Município nesta matéria, desde a sua génese. c) Desvaloriza igualmente o papel relevante do Conselho de Fundadores. d) Não valoriza o trabalho desenvolvido no anterior processo de revisão. e) Constata-se uma limitação à independência e autonomia do poder local,

nomeadamente, na designação pelo Governo, do Voga do CD em representação do Município. Assim, após aprovação unânime de parecer negativo pelo executivo municipal, por a mesma se mostrar desfavorável ao Município e à prossecução do projeto da própria Fundação, é o mesmo parecer submetido à assembleia municipal para aprovação. Pediu a palavra a senhora deputada Paula Carloto, a fim de clarificar que se tratava da aprovação de um parecer negativo relativamente à nova proposta Decreto-lei n.º 38/2005 de 17 de fevereiro, que institui a Fundação Museu Nacional Armando Ginestal Machado, comunicando que a sua bancada votaria favoravelmente o parecer negativo. -----

----- Seguidamente, o ponto cinco da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto seis da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

«APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2022, A LIQUIDAR EM 2023, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da Assembleia recordou que o executivo municipal deliberou por unanimidade “manter a taxa de IMI para o ano de 2022, para prédios urbanos de 0,35%, 0,80% para prédios rústicos, e Redução de 70€ da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes (3 ou mais dependentes), de acordo com documentação enviada previamente a todos os membros desta Assembleia. Atendendo a que ninguém manifestou interesse em pronunciar-se sobre o tema em apreciação, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto seis da ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número seis da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, um voto do independente Carlos Monteiro, um voto do Centro Democrata Social - Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; um voto contra do Bloco de Esquerda e, dez abstenções, sendo sete do Partido Social Democrata, uma do independente Fernando Farinha, uma do partido CHEGA e uma da Coligação Democrática Unitária,. -----

----- Solicitou a palavra a deputada do **Bloco de Esquerda**, que leu a declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA -----

«Contra as taxas do IMI -----

Este ano a situação financeira das famílias agravou-se muito, com a inflação muito alta, atingindo sobretudo os produtos alimentares. -----

Agravou-se também por força de uma enorme subida das taxas de juro bancárias. Esta subida penaliza de uma forma brutal as prestações ao banco de quem anda a pagar a sua casa – e todos sabemos que são muitos os que, na nossa cidade, contraíram empréstimos com essa finalidade. E o próximo ano ameaça ser ainda pior. -----

*À semelhança das Benavente, Vila Franca ou Santarém --- que baixaram as taxas municipais --, também no Entroncamento deveria dar uma resposta **extraordinária** a um quadro **extraordinariamente gravoso** para quem trabalha, ou já trabalhou e vive de uma reforma. Concretamente, o Bloco de Esquerda defende que, em 2023, a taxa do IMI urbano deveria baixar e não manter-se, como nos foi aqui proposto. Consideramos que esta redução, além de absolutamente necessária, seria possível sem*

comprometer o equilíbrio financeiro do município, mesmo atendendo ao peso significativo desta receita no quadro orçamental geral. -----

Daí o Bloco de Esquerda ter votado contra a manutenção da taxa de IMI urbano em 0,35%, em 2023.» -----

----- Esclareceu o senhor **Presidente da Assembleia**: As declarações de voto, ou são lidas e entregues no final da reunião, ou lidas e enviadas posteriormente à Assembleia Municipal, para que constem em ata. -----

----- Fez uso da palavra a senhora deputada **Paula Carloto**: O PSD vai entregar posteriormente uma declaração de voto, cujos argumentos que a suportam são fundamentalmente idênticos àqueles que foram apresentados pelo Bloco de Esquerda. Acho que a Câmara podia ter apresentado um sinal de acompanhar positivamente e em baixa a carga de impostos das famílias, num cenário de crise antecipado. -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Está feita a referência ao conteúdo da declaração de voto. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

“APRECIACÃO E VOTACÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IRS, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Recordou o senhor **Presidente da Assembleia** que o executivo municipal deliberou por unanimidade aplicar a participação de 5% no IRS a liquidar no ano de 2023, de acordo com documentação enviada previamente a todos os membros desta Assembleia. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Pedro Gonçalves**: Fez um ano, há pouco tempo, quando o CDS foi chamado para negociar o orçamento, o CDS propôs, o ano passado, que fosse feito um pensamento, e talvez um regulamento, para que se pudesse devolver parte deste IRS às famílias e jovens com menos de trinta e cinco anos. -----

----- E queria aqui dizer ao excelentíssimo Presidente do Município, que nós não nos esquecemos e estamos a aguardar. O excelentíssimo Presidente disse que seria interessante, que tinha de procurar cabimento legal para a mesma. -----

----- Se outras autarquias já o tomaram, é porque há cabimento legal, e nós continuamos a aguardar porque, nesta altura da vida, até aos trinta e cinco anos, muitos dos jovens precisam de se fixar, querem-se fixar e, se nós formos atrativos nesta parte do IRS e devolvermos a estes jovens, até aos trinta e cinco anos esta parte do IRS, certamente que, quadros médios e médios altos, quererão fixar-se na nossa cidade. E acho que o IRS é uma ótima medida, porque até aos trinta e cinco anos o munícipe vai ter algum dinheiro, os nossos jovens, ou futuros jovens podem poupar e podem vir a arrecadar e depois ainda por cima a contrapartida seria entregue em vales de comércio. Vales que não houve este ano, mas que se houvesse esta ideia, os jovens, até aos trinta e cinco anos, iriam devolver esta parte do IRS à cidade. Ou seja, todos ganhávamos com isso. O Município ganhava um pouco, mas nós estávamos enaltecidos enquanto cidade. Continuamos à espera. -----

----- Pediu para intervir o senhor deputado **Ricardo Antunes**: Eu, há pouco, falei de um ano particularmente difícil e, se há receita que respeita o princípio da progressividade, é esta do IRS. -----

----- Nada contra que se coloque em cima da mesa, todas as formas de mitigar que aquilo que vai acontecendo no nosso mercado imobiliário, a que vamos todos assistindo, que cria grandes condicionalismos a todos os jovens que se tentam emancipar ficando na nossa cidade. -----

----- Mas efetivamente, há aqui uma receita muito relevante, é possível ver pelos mapas, para o Município. Aliás, todos nós reconhecemos que a estrutura de receita do Município do Entroncamento, atendendo à sua dimensão geográfica, é relativamente pequena, porque essas são receitas para fazer a redistribuição à nossa população, e a níveis equitativos, também à habitação, eu julgo que, o deputado Pedro Gonçalves, até atendendo ao momento em que estamos, muito provavelmente não será o momento mais oportuno para implementar, mas,

sendo possível e havendo um enquadramento, mas sim, para preparar também a resposta municipal, que eu espero que exista, como já houve em outras ocasiões, às situações de emergência social que possam eventualmente surgir no próximo ano e nos seguintes, atendendo à situação que vivemos. -----

----- Por essa mesma razão e também pelo princípio da responsabilidade, também há aqui uma dimensão muito relevante, que envolve nomeadamente os documentos que vamos ver a seguir na ordem dos trabalhos. Muito depende do financiamento comunitário, mas também o financiamento comunitário só é possível se nós tivermos capacidade de entrar com a contrapartida nacional e poder alavancar investimentos no Entroncamento que de outra forma, efetivamente, com a receita que temos não é possível e que urje também irmos criando mecanismos até que essa estrutura da receita também mude e nos permita chegar mais além, que, e mais uma vez reitero, julgo ser aquilo que todos nós, que aqui estamos e que tentamos fazer algo pela nossa comunidade, mais almejamos. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto sete da ordem dos trabalhos, à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número sete da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **catorze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, dois votos dos independentes, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, nove abstenções, sendo, sete do Partido Social Democrata; uma do partido CHEGA e uma do Centro Democrata Social - Partido Popular. -----

----- O Partido Social Democrata apresentou posteriormente, por escrito, a declaração de voto que se transcreve na íntegra: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----

«Em cada ano, todos os municípios têm direito a uma participação variável de até 5% no IRS dos seus municípios, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, sendo que, se a taxa de participação estabelecida pelos municípios for inferior a 5%, a diferença reverte a favor dos municípios. Desde 2016 que no Entroncamento se cobra o máximo ou seja 5% e, portanto, nunca foram tidas em conta quaisquer circunstâncias relevantes/impactantes na vida dos seus municípios. -----

Compete também à Camara zelar pelo bem-estar dos seus municípios antecipando a ultrapassagem de dificuldades que, por circunstâncias conjunturais ou estruturais, se lhes coloquem. -----

Devia ser o caso este ano. -----

Depois de dois anos de pandemia a agora com as consequências de uma guerra e a iminência de uma crise sem precedentes, motivada pela inflação generalizada e muito especialmente pelos aumentos de preços da eletricidade e do gás, em especial, deve ser dado um sinal de que as instituições autárquicas acompanham as preocupações dos cidadãos e, portanto, baixar, ao mínimo, o valor a pagar. -----

Competia-lhe antecipar a ajuda aos municípios e não defender a necessidade de receitas para, eventualmente, garantir a posteriori, subsídias pontuais.» -----

----- Entrou-se de imediato no ponto número oito da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2023, RELATIVA AO PERÍODO DE 2022, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, recordando que o executivo municipal deliberou, por maioria, aplicar o lançamento de uma derrama para o ano de 2023 no valor de 1,5% de acordo com documentação enviada previamente a todos os membros desta Assembleia. E deu a palavra a quem se quiser pronunciar. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em pronunciar-se sobre o ponto em apreciação, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número oito da ordem de trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número oito da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, um voto do independente Carlos Monteiro, um voto do Centro Democrata Social - Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; dez votos contra, sendo, sete votos do Partido Social Democrata, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária, e, uma abstenção do independente Fernando Farinha. -----

----- Solicitou a palavra a deputada do **Bloco de Esquerda**, que leu a declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA: -----

«A brutal quebra de rendimentos das famílias reflete-se na quebra na atividade económica do concelho, em particular no comércio local. -----

Os pequenos negócios são particularmente atingidos sempre que a situação piora, pois não dispõem de capacidade financeira que lhes permita ultrapassar momentos mais críticos, como o que atravessamos. - Há alguns anos que o Bloco de Esquerda vem reiterando a necessidade de aplicar uma derrama reduzida para as empresas com um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros. Isto independentemente dos complexos mecanismos inventados pelo PS para assegurar uma redução que, no final, não beneficia ninguém. -----

Nas circunstâncias atuais, mais premente se justificaria a proposta do Bloco, de derrama reduzida para os pequenos negócios – que, de resto, faz parte do nosso programa eleitoral. -----

A maioria do executivo optou, contudo, por aplicar a todos a taxa máxima da derrama. Só poderíamos votar contra tal decisão.» -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada **Paula Carloto**: O Partido Social Democrata vai apresentar também uma declaração de voto posteriormente, fundamentada sobretudo na ideia de que o Entroncamento se torna cada vez menos competitivo e interessante do ponto de vista da implantação de pequenas e médias e até grandes empresas. Esta questão da Derrama, avaliada nalguns concelhos ao lado, tem potenciado, sem dúvida alguma, a instalação de algumas entidades com algum interesse do ponto de vista económico. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----

«A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável decorrente do exercício do período fiscal anterior das pessoas coletivas. É, como o nome indica, um imposto municipal e a sua existência depende da vontade das autarquias. -----

Muitas autarquias continuarão sem cobrar derrama em 2023. -----

No Entroncamento propõe-se a cobrança da taxa máxima, ou seja, 1,5% e, portanto, não foram tidas em conta quaisquer circunstâncias relevantes/impactantes na vida das empresas. -----

Compete também à Câmara potenciar as atividades económicas do seu concelho e o crescimento das entidades que geram rendimento e emprego para o município, antecipando a ultrapassagem de dificuldades que, por circunstâncias conjunturais ou estruturais, se lhes coloquem. -----

Devia ser o caso este ano. -----

Depois de dois anos de pandemia e agora com as consequências de uma guerra e a iminência de uma crise sem precedentes, motivada pela inflação generalizada e muito especialmente pelos aumentos de preços da eletricidade e do gás, em especial, devia ser dado um sinal de que as instituições autárquicas acompanham as preocupações das empresas e, portanto, criar isenções, baixar ao mínimo ou mesmo eliminar o valor a pagar. -----

Votamos contra pois competia à autarquia antecipar a ajuda aos empresários pelo menos ao nível dos impostos, já que em nenhuma outra vertente impulsionou, junto dos empresários, a economia local.» ---

----- Passou-se de seguida ao ponto nove da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - 2023, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** recordando que o executivo municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a consulta e a contratação do empréstimo, com

o objetivo de garantir o bom cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), evitando que o município fique dependente da sazonalidade das receitas e faça a sua gestão de uma forma uniforme ao longo do ano; financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo, previsto no Orçamento Municipal de 2023 com uma dotação orçamental na receita e na despesa no valor de 600.000 €. O valor do empréstimo ficará garantido com as verbas do IMI a receber nos meses de junho, setembro e dezembro. Assim, solicita-se que a Assembleia Municipal: -----

----- 1. Autorize a Câmara a fazer a consulta, a pelo menos três instituições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de €600.000 de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31/12/2023; -----

----- 2. Autorize a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo. -----

----- Passou de imediato à votação do ponto nove. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O **ponto número nove** da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto dez da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

“ORÇAMENTO E GOP 2023-2027, mapa de pessoal e opção gestonária 2023, ao abrigo do n.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Todos recebemos a respetiva documentação sobre esta matéria, mas eu vou passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para que preste alguns esclarecimentos que considere relevantes. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: Antes de abordar o Orçamento, gostaria de fazer aqui duas ou três observações às questões que aqui foram referidas nos pontos anteriores. São perspetivas diferentes que nós valorizamos, mas que nós optámos por desenvolver políticas de distribuição de rendimento por quem precisa, para fomentar a educação, para fomentar a natalidade, para fomentar a vida na cidade. São claramente opções diferentes. -----

----- No IMI, nós continuamos a ser dos municípios com menor taxa do distrito de Santarém e, por reporte às cidades do distrito de Santarém, só há uma com IMI mais baixo. Há uma igual e todas as outras são superiores. -----

----- Também é importante termos em conta que, quando este executivo iniciou funções, há nove anos, a taxa do IMI que nós recebemos era de 0,4. Portanto, nós fizemos um esforço. Não quer dizer que não possamos vir a fazer alguns ajustes no futuro, mas entendemos que num ano tão exigente, do ponto de vista do enquadramento social, do ponto de vista do fomento da educação, do ponto de vista de acorrer às possibilidades de investimento que nos estão abertas pelos programas, quer ao nível do PRR, quer ao nível do novo Quadro Comunitário, porque, estes investimentos, na sua maioria, exigem componentes nacionais que exigem recursos ao Município. Ou também o esforço que estamos a fazer na modernização das oficinas municipais, na construção de novas oficinas municipais, para termos espaços de Serviços Urbanos e Oficinas com dignidade e segurança para os nossos funcionários. -----

----- Tudo isto são aspetos que nos parece que justificam e não permitem, ainda, termos dado passos mais além nestes impostos. -----

----- O Orçamento, é um Orçamento que no total atinge cerca de vinte e sete milhões e meio. É um Orçamento que, tal como os outros, procuramos ser de rigor, ser realista e também um

orçamento em que a despesa corrente é inferior à receita corrente. Ou seja, nós temos a preocupação em gastar menos, em termos de despesa corrente, daquilo que recebemos. E, dessa forma, podemos financiar o investimento ou o serviço da dívida, porque continuamos a ter aqui um serviço forte da dívida de médio e longo prazo, daquela herdámos e temos vindo a abater, a ser feito com fundos da receita corrente. -----

----- Dispenso-me aqui a referir em pormenor a estrutura das receitas, mas também já o senhor deputado Ricardo Antunes o referiu, nós somos o Município com menor receita percentual do Estado Central e, por isso, até a relevância dos impostos diretos que nós obtemos. -----

----- Referir que, em termos de despesa, nós temos cerca de quinze milhões e seiscentos mil euros de despesa e, sete milhões cento e quinze são com despesas com pessoal. E aqui gostava de referir que, neste processo de consolidação da transferência de competências para a Câmara Municipal, nós hoje temos 118 funcionários da Câmara nas escolas, que são funcionários municipais. Ora, temos praticamente um terço do nosso efetivo afeto ao trabalho das escolas. É o resultado deste processo de transferência de competências, como também temos um conjunto de outras pessoas ligadas à área social, ou às outras áreas. Portanto, há aqui um aumento do orçamento e também da despesa, muito pela consolidação das transferências de competências que nós, desde a primeira hora, temos vindo a receber, a última das quais recebemos a 01 de novembro de 2022. No total, nós temos um valor de despesas inscrito no orçamento, só relativamente a estas três áreas das competências recebidas, educação/social/saúde, que atinge quase dois milhões e oitocentos mil euros. -----

----- Podia dar-vos nota de que, em termos do programa de investimentos, quatro milhões cento e trinta são na área de funções sociais, três milhões novecentos e cinquenta e quatro na área económica. -----

----- Relativamente aos principais projetos que estão inscritos neste orçamento, começava pela construção dos núcleos habitacionais, que é também uma preocupação de termos habitação digna para quem vive na nossa cidade, e o projeto da concretização da estratégia local de habitação que, como sabem, é um projeto de cerca de doze milhões cento e vinte e um mil euros, cuja execução prevemos 17% em 2023, 49% em 2024 e 24% em 2025. Este é um projeto muito importante e, além disso, será, em princípio, financiado a 100%. -----

----- Este projeto desenvolver-se-á em três fases. A primeira fase do projeto pressupõe a construção de 104 novos fogos e já foi aprovado o projeto base, a arquitetura e já submetemos a candidatura ao IRU. A segunda e terceira fase, serão desenvolvidas no próximo ano, 2023. -----

----- A requalificação do Bairro do Boneco, é outro projeto emblemático. É um investimento de cerca de um milhão oitocentos e noventa e um mil euros. Prevemos a sua execução em setenta e 85% em 2023 e 15% em 2024. Temos financiamento bancário de um milhão e duzentos mil aprovado e esperamos depois, com a entrada em vigor do novo Quadro Comunitário, ainda hoje estive numa sessão onde estava a senhora ministra e a senhora presidente da CCDR, que me informou que ontem foi aprovado em Bruxelas o novo Quadro Comunitário e, portanto, é espectável que nós possamos ter, no primeiro trimestre, primeiro semestre do ano que vem, os primeiros avisos nessa matéria. -----

----- No Bairro do Boneco temos o projeto aprovado, as empreitadas estão lançadas e estamos em fase de elaboração do contrato. -----

----- Também o Jardim Sophia de Mello Breyner, tem um valor de dois milhões oitocentos e quarenta e cinco, prevendo-se uma execução de 40% em 2023 e 60% em 2024. É um projeto que já foi aprovado, já foi lançada a empreitada, ficou vazia e estamos agora a refazer o projeto para lançar de novo a empreitada. Esperamos também vir a ter financiamento comunitário para este projeto. -----

----- Depois, as novas Oficinas Municipais – um milhão seiscentos e cinquenta mil euros – Nós esperamos fazer 77% em 2023, 23% em 2024 e já temos garantido o financiamento bancário – um milhão duzentos e cinquenta. -----

----- O edifício da esquadra da PSP, como já aqui foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia no início, estamos há uns meses a aguardar que sejam desbloqueadas as verbas pelo Ministério das Finanças. Estamos nós e está a Secretaria de Estado da Administração Interna, porque, pelas conversas que temos tido, logo que seja desbloqueada a verba pelas finanças, será feito o contrato interadministrativo e aí poderemos lançar a empreitada. Temos tudo preparado, estamos à espera desta decisão. A nossa previsão é que iremos executar esta obra 30% em 2023 e 70% em 2024 e que o financiamento também será através de um contrato programa, ou seja, um financiamento da Administração Central. -----

----- Também a construção da nova centralidade, que é um projeto que inclui a nova biblioteca, naquelas áreas que adquirimos em frente ao Museu Nacional Ferroviário, é um investimento que está a ser ultimado. O projeto de arquitetura já foi aprovado, está-se a ultimar os projetos de especialidades. São cerca de quatro milhões e trezentos mil euros e que prevemos uma execução repartida entre 2023 – 9%, 79% em 2024 e 12% em 2025. Também aqui esperamos ter financiamento comunitário, pelo menos de uma parte substancial. -----

----- Outro projeto significativo, é a reabilitação da antiga Estrada Nacional 3, entre a rotunda do Chaimite e o fim do concelho e também a ligação à rotunda da Rua Elias Garcia, que é um projeto que estimamos em cerca de um milhão e meio de euros, cuja execução prevemos, 21% em 2023, 24% em 2024 e 55% em 2025. -----

----- Também a mobilidade urbana ciclável - duzentos e oitenta e seis mil euros. Já temos financiamento comunitário, já foram encomendadas as bicicletas, já foram encomendadas as estações e esperamos que durante o mês de fevereiro este projeto seja executado. Portanto, a execução será 100% em 2023. -----

----- Também o projeto que achamos muito importante, é o desvio da ribeira de St.^a Catarina. Neste momento temos estudos técnicos que nos indicam qual é a solução adequada para este processo. Vamos desenvolver os projetos durante o próximo ano. Projetos de especialidades, e vamos fazer uma execução, essencialmente em 2024 e 2025. -----

----- Também estamos a avançar com o processo da videovigilância. Já aprovámos um protocolo entre a Câmara Municipal e a PSP e vamos avançar com a aquisição do serviço, embora seja um processo que será longo, pela sua complexidade legal e formal que este processo envolve. Prevemos uma execução em 23% em 2023 e 77% em 2024. -----

----- Também uma reabilitação, um arranjo urbanístico no jardim Afonso Serrão Lopes, durante o ano de 2023. -----

----- De referir que, ao nível das atividades mais relevantes, a grande fatia destes valores, quatro milhões setecentos e setenta e sete mil, são para funções sociais. Daí, a importância que nós atribuímos às questões sociais, educação, saúde, etc. -----

----- Também referir que, ao nível deste orçamento, nós mantivemos os apoios às nossas Associações. Todas elas têm previsto um aumento de 6,65% e, por exemplo, no que espeita à água, saneamento e resíduos, as tarifas são aumentadas apenas em 2,1%, muito aquém da inflação, o que faz com que neste momento, nós já tenhamos a fatura da água, saneamento e resíduos, mais baixa do distrito de Santarém e vamos com certeza manter, para uma família média, essa liderança. Porque nós vamos aumentar a água, o saneamento e os resíduos, em valores inferiores àqueles que são a inflação. -----

----- Portanto, é mais uma forma de redistribuição de rendimento para as famílias e, neste caso, não apenas para algumas, mas para todas as famílias e para todas as atividades económicas. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Carlos Monteiro**: Cumprimentou todos os presentes. --

----- Quero lembrar que no orçamento do ano anterior, o senhor vereador Luis Forinho, que na altura pertencia ao CHEGA, votou a favor e foi criticado pelo PSD, no qual os mesmos apelidaram de *traficante* do PS com o CHEGA, votando os vereadores do PSD contra. Ficando assim o orçamento aprovado, no qual, os senhores do PSD ficaram em cima do muro vendo o desenrolar da situação. -----

----- Passado um ano, o orçamento vai de novo à votação e, qual é o meu espanto, os senhores do PSD abstiveram-se e o senhor vereador independente Luis Forinho votou contra, porque não estavam reunidas as condições para aprovar o orçamento. O mesmo orçamento passou, porque os senhores do PS, como é lógico, votaram a favor. Mais uma vez os deputados do PSD ficam em cima do muro a ver o desenrolar da situação. -----

----- Chego à conclusão que o trabalho dos senhores do PSD é pouco ou nulo. -----

----- Pedi a palavra o senhor deputado **Pedro Gonçalves**: O CDS tem alguma dificuldade aqui em algumas circunstâncias. O CDS trabalhou durante alguns anos aqui, para que os orçamentos pudessem ser aprovados e falou de algumas bandeiras que nas últimas eleições vários partidos levaram à coação e que durante tempos se achou que não deveriam ser feitas. -----

----- O ano passado abstivemo-nos porque vimos a videovigilância, vimos algumas outras pequenas coisas a acontecerem e este ano, na nossa reunião, voltamos a falar da videovigilância, sabemos que o processo está a andar e, muito sinceramente, não sendo populista nem demagógico, só uma pessoa que não perceba minimamente de como é que trabalha este sistema, é que podia acreditar que, num ano, se tivesse o sistema a trabalhar. -----

----- O processo é moroso, já deu o arranque e aqui temos de enaltecer o Município que, ao fim de tantos anos, foi pena não ter dado as honras devidas às pessoas, o processo está a andar. Obviamente que sendo o processo moroso e querendo aqui salientar que é bastante moroso e não é por culpa de quem o iniciou. Iniciou-se tarde, é verdade, mas já se iniciou e é um processo moroso. -----

----- Agora, vejo com alguma perplexidade um fator. Quem governa o nosso país, é o Partido Socialista. Quem governa esta Câmara, é o Partido Socialista. E vejo com alguma perplexidade que é o segundo orçamento que nós aprovamos a Esquadra da Polícia de Segurança Pública. Eu percebo o que o excelentíssimo senhor Presidente disse, mas muito mal está um partido político local, quando não consegue fazer pressão suficiente para que isto aconteça. Os milagres têm de acontecer quando os partidos são da mesma cor. -----

----- O Partido Socialista deveria fazer uma reflexão de porque é que isso não aconteceu. É para nós algo, e eu estou completamente à vontade para falar nisto, mas, há vinte anos, ou mais, que eu ouço falar na nova Esquadra da PSP. PSD, PS e a empurrarem isto para a frente e agora, nós, Município, fizemos mais uma vez um esforço, agora que existe alguém a dizer que o quer aprovar, alguém que o mete em Orçamento de Estado e depois não cumpre, isso tem um nome. Não o vou dizer aqui, mas podia-lhes chamar-lhes hipócritas, no mínimo. É que cabe ao PS, não cabe a nós. Nós fizemos o trabalho todo, enquanto Assembleia Municipal, fizemos a pressão toda. -----

----- Mas há vinte anos que falamos na Esquadra que está neste Orçamento. Basta. Que este ano de 2023, seja o ano. Porque nós não andamos aqui, nem nós, nem os cidadãos do Entroncamento, são meros números, mas somos pessoas que sentimos e merecemos ser honrados e, muito mais quando um partido que governa nesta Câmara, que lhe foi confiada uma maioria, relativa, mas foi confiada uma maioria, mal está se não conseguir em 2023, que a Esquadra arranque. Porque o PS está a governar este país! Isto é algo que tem de ser bastante salientado. É vergonhoso para o Entroncamento, ter a mesma cor partidária na Câmara, na Assembleia Municipal, nas duas Juntas e não conseguir ter uma Esquadra nova! Estamos a falar de falta de força política. Isto não quer dizer que vamos chumbar, abster, ou votar favoravelmente o orçamento, mas é algo que tem de ser dito. Porque é nesta altura que ele vem outra vez aqui à coação. E que nós, Assembleia Municipal, tenho a certeza, com o trabalho que fizemos, fizemos o melhor possível. E que fique aqui salientado que a Assembleia Municipal, uniu-se, coisa que não se via há anos. Uniu-se como uma só, para fazer a pressão necessária. ----

----- Mas oiçam, basta de estarem a olhar para nós e pensarem, vamos cá cativar de novo o valor da Esquadra do Entroncamento. Que não se pense nisso. E que o senhor excelentíssimo senhor Presidente do Município esteja vigilante e que, se não conseguir, nós estamos aqui outra vez, juntos, para fazer essa pressão. Mal de nós. -----

----- Nós negociámos algumas coisas e dissemos algumas coisas que queríamos ver. Acreditamos que elas vão estar aqui, mas é pouquinho. Nós precisávamos de ver mais. -----

----- De salientar que já tínhamos apresentado aqui uma proposta, aprovada por unanimidade, sobre os Desfibriladores Automáticos Externos, que também não é novidade, apesar de andarem uns a agitar bandeiras, são bandeiras antigas. Foram aqui aprovadas e, o senhor excelentíssimo Presidente comprometeu-se connosco de fazer aquilo que nós desejaríamos e que desejámos quando falámos aqui na proposta de recomendação, que foi aprovada por unanimidade, que era realmente ser um programa de DAE, que não chegasse apenas a dois ou três pontos da cidade, mas que esteja no Cineteatro, que esteja no Mercado Municipal, porque são pontos onde aflui muito mais pessoas do que muitas vezes no campo de futebol ou no nosso Pavilhão Gimnodesportivo. -----

----- Existem algumas coisas que são favoráveis, mas são curtas. -----

----- O IRS para os jovens, que é algo que já falámos há dois anos; gostaríamos de ter as crianças que usufruem por exemplo, do ensino profissional, mas que é privado, pudessem ter os vinte e cinco euros de apoio a esses jovens, que não têm. Não estamos a falar só para os colégios privados, estamos a falar também para a formação profissional, que é muito relevante no Entroncamento, mas a maioria é dada por um privado. Queríamos ver mais. É pouco. -----

----- Queríamos ver mais compromissos, mais abertura. Que o diálogo fosse trazido cá para fora e que fosse dito que a ideia y e x é do partido x e a y é do partido y. Porque o mérito não é só de quem governa. Porque se querem governar, têm de ouvir, obviamente, mas também têm de enaltecer e vir cá para fora dizer, esta medida que está aqui foi tomada em conjunto com o partido tal. Porquê? Porque propôs e achámos que tem cabimento. É isso que nós também merecemos, porque quem vem para aqui trabalhar, tirando o seu tempo para vir negociar um orçamento, para vir negociar e enriquecer o orçamento, também está a fazer o seu trabalho. -----

----- Para terminar, volto ao tema anterior. Mal estaremos se, em 2023, não começarmos a construir a Esquadra da PSP na cidade do Entroncamento. -----

----- Pediu a palavra a Senhora deputada **Paula Carloto**: Eu queria fazer um pedido expresso ao senhor deputado municipal, Carlos Monteiro, que se abstenha de tecer comentários sobre a forma e a conduta dos vereadores do PSD, ou da forma como votam ou deixam de votar os vereadores do PSD e os deputados municipais. O tema aqui é o orçamento. Se tem alguma coisa a dizer sobre o orçamento, agradeço que o faça. Considerações sobre a forma de votação, agradeço que se abstenha, até porque peço, que se lembre, quem ganhou a Câmara foi o Partido Socialista, quem tem maioria na Assembleia Municipal, como o Pedro acabou de dizer, é o Partido Socialista, quem governa o Entroncamento é o Partido Socialista. Portanto, se tem considerações a fazer que acrescentem algum valor ao tema Orçamento, que é o tema da Ordem do Dia, nós agradecemos, porque estamos aqui todos para debater as questões. Se estamos aqui para tecer considerações meramente sobre a natureza e o tipo de voto dos vereadores e dos membros da Assembleia Municipal, agradeço que se abstenha. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Ricardo Antunes**: Um dos documentos mais relevante e estratégico para aquilo que vai ser 2023, mas não só, nós aprovámos um plano plurianual de investimentos e é por aí que eu começo. -----

----- Todos nós percecionamos aquilo que é o plano plurianual de investimentos. A grande dificuldade em termos de receita que o Município do Entroncamento tem para criar investimentos que alavanquem a cidade e que todos nós reconhecemos como necessários, sem o auxílio comunitário. Eu espero, muito sinceramente, que o tenhamos, mas, como viram, muitos deles carecem disto. -----

----- Mas é importante também que os municípios se preparem e há duas dimensões em preparação e uma delas tem a ver com os pontos anteriores, que é a capacidade de podermos garantir que temos capacidade financeira para podermos assegurar a comparticipação nacional. Todos nós reconhecemos isso, independentemente das questões relacionadas com a amortização da dívida a médio e longo prazo. Naturalmente as dívidas geram-se, mas mesmo nas nossas

casas nem sempre tem consequências, de termos de cortar aqui, ou cortar acolá. Todos nós temos de compreender isso. -----

----- O exercício ideal seria, sem qualquer constrangimento, identificarmos as necessidades e fazermos. Eu acho que muitas vezes, tendo esta perspetiva e o deputado Pedro Gonçalves colocou aqui em cima da mesa, algo que gostava de ver em orçamentos futuros. Eu acho que foi uma abordagem que deve, também aqui, ter algum relevo, que é nós compreendermos aquilo que é a capacidade do município efetivamente de assumir determinados compromissos em algumas áreas. -----

----- E com isto entro naquilo que foi o contributo do Partido Socialista para a discussão e enriquecimento do orçamento, no qual os outros partidos participaram, ao abrigo do Estatuto de Direito de Oposição. E nessa questão foram colocadas, essencialmente, questões ligadas àquilo que é estrutural na nossa cidade e, sem antes falar das questões estruturais, falo das estruturantes. Todos nós reconhecemos, a questão da eficiência energética, alguns investimentos que têm sido colocados para criar novas centralidades na cidade, recuperar espaços, como o cineteatro, são competências que as Câmaras têm e que devemos olhar para elas na globalidade e às vezes o exercício setorial torna-se bem mais simples, do que olhar para a globalidade das áreas de intervenção da Câmara Municipal. -----

----- Há aqui um grande peso dos recursos humanos, mas, como também disse há pouco, são eles também a grande força para poderemos operar qualquer tipo de mudança no paradigma que nós ambicionamos para o Entroncamento. -----

----- Eu concordo inteiramente com o que diz o deputado Pedro Gonçalves, relativamente à nova Esquadra. Infelizmente ainda há muitas entropias. Mas também o queria lembrar que, inclusivamente nesta matéria, se falou nos últimos vinte anos, esteve o seu partido, o CDS, nos governos que nem sequer olharam para a Esquadra. Recordo-me de a ex-deputada fazer aqui uma visita, quando já não tinha qualquer responsabilidade legislativa. Eu acho que o grande princípio desta Assembleia, como já referi aqui mais vezes, no último mandato houve uma questão que eu coloquei, na última intervenção que fiz, que foi, este fórum devia ser mais colaborativo. -----

----- Além da pequena política, que muitas vezes nós acabamos por deixar grassar por aqui, é nós criarmos módulos comuns, agarrarmo-nos em torno deles e irmos atrás de alguma resolução, dentro daquilo que são as competências de uma Assembleia Municipal. E foi isso que fizemos na área da segurança. -----

----- Quando falamos de orçamento, falamos de opções para a cidade, mas também de respostas àquilo que a cidade necessita. E a cidade são as pessoas também. E julgo que todos nós vamos tendo a perceção de que a pressão que foi colocada pela Assembleia Municipal, a falar nisso, sem tentativas de apropriação de mérito políticos, resultou bem. E todos nós temos a perceção, às vezes nos pequenos corredores por onde circulamos ou temos acesso, que efetivamente essa pressão foi positiva e que, não estando tudo resolvido, paulatinamente começamos a ver sinais de melhor. -----

----- A questão da Esquadra da PSP, naturalmente, envergonha o Partido Socialista. Não compreendi também, tendo em conta aquilo que estivemos a fazer, as respostas que o deputado Pedro Gonçalves também ouviu, que é um exercício que não depende de nós! A pressão foi colocada, a pressão política. E aliás, a primeira instância é ela ser colocada com possibilidade de investimentos. Infelizmente, e como acontece em muitas áreas, continua a haver muitas entropias. Mas cá estaremos para as vencer e, como fizemos na questão da segurança, a colocarmo-nos todos do mesmo lado e irmos nesse sentido. Uma pressão uníssona, de toda a gente, sem querelas políticas. -----

----- Quando falamos de um orçamento, falamos sempre de opções e, naturalmente, elas estão sempre patentes. As opções são tanto ou mais amplas, quanto maior as vozes de liberdade que o orçamento nos permite. Já se falou na questão das transferências, e, como é obvio, não é possível acomodar tudo, há sempre opções a fazer e todos nós sabemos que os orçamentos têm

sempre patente algo que é essencial nas contas públicas, que é a questão do equilíbrio. Ou seja, que o exercício do orçamento deve ser pelo menos, uma aproximação, o mais real possível, daquilo que se irá consubstanciar no ano seguinte. -----

----- Se repararem, há aqui uma coisa muito relevante. Grande parte deste orçamento é absorvido por despesa corrente. E há um grande desafio para o qual todos nós temos de contribuir, que é, como fomentar novas estruturas de receita e também como reduzir despesa corrente. -----

----- Mas há aqui uma coisa muito positiva e que tem acontecido em vários orçamentos e paulatinamente têm-se tornado mais relevante, que é nós termos capacidade de retirar daquilo que era já a despesa corrente, não tendo essa despesa, temos receita corrente que consegue financiar investimento. Isto é importantíssimo para o Entroncamento. Acho que é um exercício que todos nós devemos fazer, independentemente das opções. Mas nós quando fazemos aqui a avaliação, fazemos a avaliação de cada uma das políticas sectorialmente, mas sobretudo devemos ter responsabilidade de olhar para o orçamento, de um ponto de vista “Macro”, ou seja, percebermos aquilo que é possível fazer. Isso sim, é fazer política com responsabilidade e olhar para aquilo que está lá fora e que é mais relevante. -----

----- Como eu dizia há pouco, as questões estruturais, que foi aquilo que nós colocámos na reunião de câmara que tivemos com o Presidente de Câmara e, todas estas questões estruturais, que tem a ver com o cuidado no ambiente urbano. E o ambiente urbano não é estático, é mutável. O Entroncamento, como alguém me disse em tempos, não é o mesmo de há vinte anos e, naturalmente, nós temos de ser capazes de acomodar essas diferenças. E a capacidade de acomodar essas diferenças, é olhar permanentemente para o espaço urbano e ver, não tanto a perspectiva que temos sobre ele, mas sobretudo aquilo que as pessoas precisam dele. O espaço urbano é delas. -----

----- Por essa mesma razão, apontámos uma zona, que começa já a dar alguns sinais do investimento, mas que está profundamente envelhecida, nomeadamente os quarteirões junto à igreja da Sagrada Família e a zona envolvente até ao pavilhão Albano Mateus. Sabendo que os recursos próprios também são escassos e que muito dificilmente alguma intervenção desta poderá ter cabimento rápido em cofinanciamento comunitário, mas entendemos que é relevante ser feita, porque a cidade é um espaço que deve ser fluido e para isso deve ser bem tratado e cuidado no dia-à-dia. Às vezes, nas pequenas coisas, encontramos aquilo que é mais relevante para todos nós. -----

----- Pedi a palavra a senhora deputada **Carla Sarroeira**: Boa noite a todos. Prometo que vou ser breve, até porque eu sou fã daquele velho ditado que diz “mais vale ficar calada e parecer estúpido, do que abrir a boca e comprová-lo”. -----

----- Pegando nas palavras do meu colega do CDS, e retificando, quem governa esta Câmara e que governa o país, não é o PS. É o povo que cá o meteu. As pessoas votaram em quem quiseram e o que a gente vê aqui, ao assistir a estas reuniões, é quase, para não dizer constantemente, zero. Eu acho que as pessoas estão insatisfeitas com aquilo que nós estamos a fazer aqui, ou na Câmara. Deviam participar mais e nós até poderíamos aproveitar algumas das ideias que as pessoas têm, ou reclamações, para podermos melhorar o nosso trabalho. E digo nosso, porque considero que nós deveríamos ser uma equipa. Está é a minha utopia, pois é a primeira vez que estou nesta situação. -----

----- Pegando nas palavras do outro colega, Ricardo Antunes, acho que devíamos ser mais objetivos. Não vale a pena estarmos sempre a falar nos mesmos assuntos, que no ano tal não foi feito, ou deveria ter sido feito. Devemos avançar e resolver. O problema, nós já temos, temos é de arranjar soluções. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto de ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dez da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, dois votos dos deputados independentes Carlos Monteiro e Fernando Farinha, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; sete votos contra do Partido Social Democrata e, quatro abstenções, sendo uma do partido CHEGA, uma do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Democrata Social - Partido Popular. -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada **Paula Carloto**: O PSD apresentará oportunamente uma declaração de voto, dizendo que, em relação a este orçamento, embora conhecendo algumas das parcas negociações que foram feitas e aceites e o empenho dos nossos vereadores em negociar mais alguma coisa a favor do melhor orçamento para o Entroncamento, nós não nos revemos neste orçamento. Este orçamento não é o nosso orçamento e sobretudo do ponto de vista das perspectivas das pessoas em matéria de desenvolvimento e crescimento da cidade, ele não cumpre nenhum dos requisitos que nós consideramos essenciais. -----

----- Por outro lado, contempla obras estruturais com as quais nós estamos contra, e em devido tempo e parcelarmente essas votações já foram feitas. -----

----- Nós estamos diametralmente contra a reconstrução / demolição da Escola Sophia de Mello Breyner; -----

----- Não percebemos o interesse numa biblioteca que nos vai custar quatro milhões e trezentos mil euros, no século XXI, já não se usam bibliotecas. Já não são equipamentos que tenham alguma eficácia ou apelo às camadas mais jovens; -----

----- Também não compreendemos o que se passa com a estratégia de habitação social e as construções que se propõem fazer no município do Entroncamento. Do nosso ponto de vista, não cumprem, em nada, o interesse da cidade. -----

----- Com estes e mais alguns argumentos, fundamentaremos a nossa declaração de voto. -----

----- Transcreve-se na íntegra, a declaração de voto enviada posteriormente pelo Partido Social Democrata: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----

«Votamos contra o orçamento proposto por considerar que o mesmo não contém qualquer tipo de perspectiva de futuro nem conforto para os cidadãos do Entroncamento. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento tem um orçamento que ultrapassa os vinte e sete milhões de euros. Independentemente da despesa pública associada às despesas correntes, ou seja, genericamente, aos gastos em bens e serviços com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas, há opções de fundo que correspondem a uma estratégia para a cidade, com as quais não nos identificamos. -----

Discordamos sobretudo: -----

- *do investimento na construção de infraestruturas públicas desusadas e sem qualquer utilidade já no presente, e por maioria de razão no futuro, como sejam os mais de quatro milhões de euros previstos para a nova Biblioteca; -----*

- *da demolição/construção da Escola Sophia de Melo Breyner, e do gasto associado que ultrapassa os dois milhões e oitocentos mil euros; -----*

- *da estratégia municipal de habitação e da construção de novos núcleos habitacionais principalmente focados no realojamento e na demolição do Bairro Frederico Ulrich, com um investimento previsto de mais de doze milhões de euros. -----*

Discordamos ainda da forma como se angaria receita através dos impostos e muito especialmente da derrama. -----

A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável decorrente do exercício do período fiscal anterior das pessoas coletivas. É, como o nome indica, um imposto municipal e a sua existência depende da vontade das autarquias. -----

Muitas autarquias continuarão sem cobrar derrama em 2023, como é o caso, por exemplo, de Vila Nova da Barquinha. No Entroncamento propõe-se a cobrança da taxa máxima, ou seja, 1,5%. -----

Não se têm em conta as circunstâncias relevantes/impactantes nas atividades económicas do concelho, nem o crescimento necessário das entidades que geram rendimento e emprego para o município. ----- E essa preocupação devia ser especialmente tida em conta este ano. -----

Depois de dois anos de pandemia, com as consequências de uma guerra e a iminência de uma crise sem precedentes, motivada pela inflação generalizada e muito especialmente pelos aumentos de preços da eletricidade e do gás, em especial, devia ser dado um sinal de que as instituições autárquicas acompanham as preocupações dos munícipes e das empresas e, portanto, criar isenções, baixar ao mínimo ou mesmo eliminar o valor a pagar a título de derrama.» -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada **Céu Carvalho**, para apresentar a seguinte declaração de voto-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA: -----

«No que se refere às opções de investimento do nosso município, concordamos com algumas/muitas. É o caso da construção das novas oficinas, da habitação social, da Requalificação do Bairro do Boneco e da evolução para uma cidade ciclável, jardim de Infância Sofia de Mello Brayner. Também no que se refere à esquadra da PSP, esperemos que seja desta vez, uma realidade. Realçar as verbas atribuídas na área social. -----

Já investimentos como, por exemplo, de 100 mil euros no Jardim Afonso Serrão Lopes, independentemente do seu mérito próprio, não nos parecem prioritárias. Prioritário é, sim, a elaboração e execução de plano geral de rearboração da cidade que permita tornar mais ameno o ambiente e responder às alterações climáticas. Mas, neste domínio, a “requalificação de espaços verdes e outras instalações” fica-se pela relativamente pequena dotação de 20 mil euros. -----

Por outro lado, parece-nos algo vultuoso o dispêndio de cerca de quase 145 mil euros nas festas da cidade, ainda que, neste caso, parte da locação de bens acabe por ser paga com o trabalho esforçado das pessoas das coletividades que alugam os stands. -----

Também consideramos despropositada a verba de 42 mil e quinhentos euros atribuída ao apoio à natalidade, precisamente num concelho onde as escolas já rebentam pelas costuras. -----

A nossa votação traduzirá esta apreciação global.» -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor Presidente da Assembleia entrou no ponto onze da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS BICICLETAS URBANAS DO ENTRONCAMENTO “BUE” -----

----- Informou o senhor **Presidente da Assembleia**: Este regulamento foi aprovado por maioria na Câmara Municipal e coloco-o à apreciação desta Assembleia. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Independente **Carlos Monteiro**: Em relação às estruturas e cotas que estarão disponíveis aos munícipes, gostaria de dizer o seguinte: Os concelhos de Almeirim, Santarém e Cartaxo, estão a retirar as trotinetes e bicicletas que estavam nas ruas para serem usadas, por não estarem a ser devidamente usadas (são usadas abusivamente). -----

----- Tem sido recorrente a falta de civismo de quem as usa. Por isso, senhor Presidente, não vejo benefícios nas bicicletas que irão estar ao dispor dos munícipes. Pelo contrário, quando começarem as avarias, os desaparecimentos, irá dar razão ao meu ponto de vista. A manutenção é cara e tudo isso irá trazer custos desnecessários ao município. Temos autocarros novos, é preciso utiliza-los. Quem não quiser, que ande a pé ou compre a sua própria bicicleta. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto onze da ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número onze da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **vinte votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrata Social - Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um

voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; dois votos contra dos independentes e, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Transcreve-se na íntegra, a declaração de voto enviada posteriormente pelo senhor deputado Independente Carlos Monteiro: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DE CARLOS MONTEIRO: -----

«Eu, Carlos Monteiro Deputado Municipal Independente declaro que votei Contra o Ponto 11 (Apreciação e votação do projeto de Regulamento de utilização das bicicletas urbanas do Entroncamento “BUE”) da Ordem do Dia. A minha votação foi contra porque acho que além do Regulamento não beneficiar o uso das bicicletas, as mesmas irão causar “problemas” ao Município.» --

----- Entrou-se de imediato no ponto doze da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOZE -----

“APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UM ELEMENTO NA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, nos termos da alínea I) ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** que informou: Recordo que isto decorre do facto da senhora Comissária Ana Sofia Lomba Monteiro, ter apresentado, no dia vinte e um de outubro, a renúncia ao lugar que ocupava na Comissão Alargada da CPCJ, por completa indisponibilidade de horário decorrente da sua atual atividade profissional. -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado **Ricardo Antunes**: A bancada do Partido Socialista gostaria de propor, neste caso, uma colega, a deputada Maria do Céu Carvalho. Até porque, além desta característica particular que é ser nossa colega nesta Assembleia, é alguém que tem um profundo conhecimento da nossa comunidade, está integrada no nosso agrupamento de escolas, algo que julgamos ser uma valência muito relevante para o desempenho das funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado **Pedro Gonçalves**: A nós, quando foi solicitada a substituição da Doutora Sofia Lomba, o nome que nos surgiu também seria da senhora Maria do Céu Carvalho, por idoneidade, pelo trabalho que desempenha no nosso agrupamento e, acima de tudo, pela característica que tem de ser sempre ponderada no que diz, no que fala, algo que é essencial na CPCJ. -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada **Paula Carloto**: É bom que fique registado, para que não haja mal-entendidos, da parte do PSD, na reunião da Comissão Permanente, foi expressa a nossa opinião e, portanto, nada temos a opor à solução que está aqui em cima da mesa. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Dado tratar-se de uma votação nominal, temos aqui uma urna preparada para a votação e os boletins para o efeito, dizem apenas “sim”, ou “não”. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Efetuada a chamada dos elementos para a respetiva votação secreta e após escrutínio dos votos em urna, verificou-se que o ponto número doze da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (sim)** e um voto em branco. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Senhora deputada, está nomeada para este cargo de grande relevo. É de salientar que encontramos aqui, mais uma vez, um ponto de consenso e isso é de louvar. Agradeço a sua disponibilidade. -----

----- Fez uso da palavra a senhora deputada **Maria do Céu Carvalho**: Agradeço a confiança e espero estar, de facto, à altura de poder responder dessa mesma forma. Muito obrigada. -----

----- Foi dada a palavra à senhora deputada **Maria Fernanda Alves**: Enquanto Presidente da CPCJ, queria dar publicamente os parabéns, por mais este estado de cidadania, porque é importante. Como toda a gente sabe, a CPCJ é uma entidade de muito relevo, de muita importância e é sempre bom ter pessoas que tenham algum conhecimento na área das crianças. --

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Queria agradecer aos funcionários do município que asseguraram esta transmissão online. -----

----- Desejar a todos um Feliz Natal, umas Boas Festas e um Ano Novo resiliente e feliz. -----
----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a
sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. -----
----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----
----- A presente ata, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos
restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: